

Despoluição do lago

O lago Paranoá, que constitui um dos mais bonitos e indispensáveis ingredientes da paisagem de Brasília, volta novamente às preocupações das autoridades e da população pelos riscos de se provocar um outro fenômeno de mau cheiro, como o ocorrido em 1978. A reportagem publicada ontem neste jornal explica os diversos aspectos do problema que tem afetado consideravelmente não apenas o aspecto estético mas o de saúde do Distrito Federal.

Compreensíveis dificuldades financeiras, dentro da atual quadra de limitações de recursos do poder público, têm ditado um atraso ou adiamento dos diversos planos já elaborados para colocar o lago Paranoá sob controle das autoridades sanitárias. Sendo um vasto local de lazer que se limita diretamente com milhares de habitações no Lago Sul, setor de Mansões e Península Norte, o Lago afeta a saúde da população e tem merecido do governador Ornellas a prioridade que lhe cabe dentro do programa administrativo do GDF. Basta recordar o convênio assinado há não muito tempo entre a administração local e o Governo Federal, no sentido de se proverem recursos para a despoluição do lago e, mais que isto, para a conservação dos mananciais hídricos que o formam e a bacia de abastecimento d'água potável ao Distrito Federal.

Sabe-se que o GDF e o Ministério do Interior dispõem, em conjunto, de cerca de Cr\$ 8 bilhões este ano para a execução de tal programa. Mas como tudo no Brasil guarda relação semelhante entre a escassez de recursos e a quase ilimitada necessidade dos proje-

tos, também com o Paranoá acontece o mesmo fenômeno. Os técnicos advertem que, apesar de expressiva, a verba de Cr\$ 8 bilhões não é suficiente para que sejam alcançados os objetivos ambiciosos do programa.

Não adianta discutir com técnicos e, acima de tudo, não adianta reclamar da carência de recursos. A atitude mais realista tem de ser a de conformação com o existente. Se não há mais verbas, paciência. Mas isto não pode ser pretexto para que nada se realize em benefício da despoluição do lago, até porque está em jogo um aspecto de maior importância que é o da saúde da população do Distrito Federal.

Que sejam, portanto, aplicadas imediatamente as verbas no montante de Cr\$ 8 bilhões. Não cabem lamúrias, nem reclamações. Os interesses da saúde da população brasiliense impõem o imediato trabalho de despoluição do lago, em toda a sua amplitude. E a comunidade tem de se enganjar no processo, pois esse é o tipo do assunto que não comporta indiferença ou comodismo. Em última análise, estão em jogo os interesses maiores de toda a comunidade brasileira.

Quanto aos detalhamentos de verbas e de sua aplicação, é este um assunto de âmbito restrito da tecnoburocracia. A população brasiliense interessa, sobretudo, que o poder público esteja aplicando, em benefício de todos, uma verba que já foi solenemente comprometida num ato público do qual participaram nada menos que o governador Ornellas, o ministro Andreazza, o presidente do

BNH, os dirigentes da Caesb. E, portanto, acima de tudo, um compromisso sagrado com a saúde da população do Distrito Federal. Todas as dificuldades tornam-se problemas de menor importância diante da grandeza desse projeto que já conta com uma verba expressiva — sendo Cr\$ 6 bilhões da União e Cr\$ 2 bilhões do Governo do Distrito Federal.

O que a população espera, agora, é que comece efetivamente a liberação dos recursos. Não apenas desses Cr\$ 8 bilhões, mas principalmente que novas verbas venham a ser acrescentadas ao programa, pois ninguém de sã consciência, acredita que se possa despoluir o Paranoá com Cr\$ 8 bilhões. Os cálculos mais realistas falam em Cr\$ 100 bilhões, e para isso que devem se encaminhar os futuros estudos e projetos do Governo Federal. Pois, afinal de contas, o lago não é apenas um lugar de lazer — o que já seria muito —, mas principalmente um elemento importante da saúde do milhão e meio de habitantes que o Distrito Federal terá até o final da presente década. O que é um argumento mais do que suficiente para comprovar o que ele significa para a população local e para os parâmetros de saúde pública do Governo.

Assim, só restam duas conclusões ao morador do DF: uma, de que se começem a aplicar logo os recursos já alocados a Brasília e outro, no sentido de que a União não se dê por conformada com o esforço já realizado e pense mais longe, no alcance de uma vasta operação de recuperação e soerguimento do Paranoá.